



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento  
Secretaria Municipal de Administração

**Ofício nº 543/2025**

De: Secretaria Municipal de Administração

Para: Câmara Municipal de Vereadores de Sant'Ana do Livramento - RS.

Assunto: ***Altera a denominação da Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana para Secretaria Municipal de Segurança Pública – SMSP, reorganiza sua estrutura com o Departamento de Trânsito e Mobilidade Urbana (DTMU) e o Departamento de Guarda Civil Municipal (DGCM), disciplina o videomonitoramento (CIOP/DTMU) e dá outras providências (com fundamento no Código de Trânsito Brasileiro – Lei Federal nº 9.503/1997; nas Leis Municipais nº 5.557/2009 e nº 6.581/2013 – trânsito/JARI; e na Lei Municipal nº 8.356/2025 – Guarda Civil Municipal).***

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Sant'Ana do Livramento:

Ao cumprimentá-la cordialmente, vimos por intermédio do presente ofício, encaminhar a esta casa legislativa, o projeto de lei ordinária em anexo, conforme justificativa e fundamentos de direito.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

Sant'Ana do Livramento - RS, 03 de outubro de 2025.

ANA LUIZA MOURA  
TAROUCO:99062925049

Assinado de forma digital por ANA  
LUIZA MOURA TAROUCO:99062925049  
Dados: 2025.10.03 14:11:01 -03'00'

ANA LUIZA MOURA TAROUCO

Prefeita Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

PROJETO DE:

LEI N°. ..... DE ..... DE ..... DE 2025.

*“Altera a denominação da Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana para Secretaria Municipal de Segurança Pública – SMSP, reorganiza sua estrutura com o Departamento de Trânsito e Mobilidade Urbana (DTMU) e o Departamento de Guarda Civil Municipal (DGCM), disciplina o videomonitoramento (CIOP/DTMU) e dá outras providências (com fundamento no Código de Trânsito Brasileiro – Lei Federal nº 9.503/1997; nas Leis Municipais nº 5.557/2009 e nº 6.581/2013 – trânsito/JARI; e na Lei Municipal nº 8.356/2025 – Guarda Civil Municipal).”.*

**F.F, PREFEITA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO.**

**FAÇO** saber, em cumprimento ao disposto no art. 102, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DA ALTERAÇÃO E DA ESTRUTURA**

**Art. 1º** Fica alterado o art. 2º, inciso II, alínea 10 da Lei Municipal nº 7.469/2019, passando a denominação da Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana para Secretaria Municipal de Segurança Pública – SMSP, considerando-se substituídas todas as menções à denominação anterior em leis e atos normativos municipais (nos termos da Lei nº 5.557/2009; compatível com a Lei nº 6.581/2013 – órgão executivo de trânsito e JARI; e observada a Lei nº 8.356/2025 quanto à Guarda Civil Municipal).

**Art. 2º** Fica alterado o art. 4º, XI da Lei Municipal nº 7.469/2019, passando a conter a seguinte redação:

*“XI. A Secretaria Municipal de Segurança Pública terá a seguinte estrutura básica:*

*1- Gabinete do Secretário e do Secretário Adjunto;*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

*2 – Departamento de Trânsito e Mobilidade Urbana – DTMU;*

*3 – Departamento de Guarda Civil Municipal – DGCM.”*

**Art. 3º** Compete à Secretaria Municipal de Segurança Pública planejar, coordenar e executar a política municipal de segurança pública cidadã, integrando ações de trânsito e guarda civil municipal, com enfoque preventivo, educativo e de proteção de bens, serviços e instalações municipais, de garantia da ordem pública e apoio às demais instituições de segurança pública, **também na forma ostensiva.**

## **CAPÍTULO II**

### **DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA (DTMU)**

**Art. 4º** A Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, de que trata a Lei nº 6.581/2013, permanece criada e em funcionamento, ficando vinculada ao Departamento de Trânsito e Mobilidade Urbana dentro da Secretaria Municipal de Segurança Pública, com apoio administrativo e financeiro assegurado.

**Art. 5º** Compete ao Departamento de Trânsito e Mobilidade Urbana, entre outras previstas em lei, **sob a coordenação da SMSP:**

- I – cumprir e fazer cumprir a legislação e normas de trânsito;
- II – planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres e ciclistas;
- III – implantar, manter e operar sinalização viária e semafórica;
- IV – elaborar estudos/estatísticas de acidentes e propor medidas preventivas;
- V – estabelecer, **com seus agentes**, diretrizes de fiscalização **e autuação**;
- VI – fiscalizar, autuar e aplicar medidas administrativas, inclusive por meios eletrônicos, **com as respectivas homologações pelo Secretário Municipal de Segurança Pública, dentro de todo território municipal**;
- VII – decidir defesas e processar recursos na JARI;
- VIII – controlar obras e eventos que impactem o viário e aprovar planos operacionais;
- IX – implantar e operar estacionamento rotativo e arrecadar estada/remoção/escoltas;
- X – credenciar, fiscalizar e auditar serviços de remoção, escolta e sinalização;
- XI – integrar-se ao Sistema Nacional de Trânsito (arrecadação e compensação de multas);



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

- XII – promover educação para o trânsito e ações de segurança viária;
- XIII – registrar/licenciar, quando couber, veículos de propulsão humana e tração animal;
- XIV – conceder autorizações especiais (dimensões/cargas/eventos/obras);
- XV – gestão de semáforos inteligentes, priorização do transporte coletivo e rotas escolares;
- XVI – análise viária em EIV e interface com o planejamento urbano;
- XVII – manter painéis públicos de dados (acidentes, intervenções, educação);
- XVIII – operar o videomonitoramento urbano para fins de trânsito e coordenar o CIOP/DTMU (centro de controle de tráfego, gestão de incidentes e resposta integrada);
- XIX – compartilhar imagens e informações com a Guarda Civil Municipal e demais forças de segurança pública, exclusivamente para proteção de bens, serviços e instalações municipais, e demais atividades necessárias para segurança e garantia da ordem pública, com sigilo, cadeia de custódia, logs de acesso e proteção de dados, bem como com as forças de segurança pública;
- XX – celebrar convênios e termos de cooperação para integração tecnológica e operacional.

**Seção Única**

**Da Coordenação de Operações e Videomonitoramento (CIOP/DTMU)**

**Art. 6º** Fica instituída no âmbito do DTMU, em conjunto com o DGCM, a Coordenação de Operações e Videomonitoramento – CIOP/DTMU, sob a coordenação do Secretário Municipal de Segurança Pública, responsáveis por:

- I – monitorar, operar e manter a rede de câmeras e sensores urbanos;
- II – operar o controle de tráfego em tempo real (planos semaforicos, desvios, bloqueios, emergências);
- III – apoiar a fiscalização eletrônica, assegurando cadeia de custódia e integridade probatória;
- IV – emitir alertas operacionais a DTMU, GCM, Defesa Civil e demais órgãos da Segurança Pública;
- V – produzir boletins e relatórios estatísticos integrados de trânsito e segurança viária;
- VI – gerir acessos, perfis, logs, retenção e descarte de imagens/dados, com anonimização quando cabível.

**Art. 7º** O DTMU/CIOP atuará em conjunto com a Guarda Civil Municipal e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

demais forças de segurança pública, **fazendo o compartilhamento de** imagens e dados exclusivamente para fins de segurança pública, mediante protocolo conjunto com o DGCM, contendo matriz de responsabilidades, níveis de acesso, prazos de retenção, auditorias e hipóteses de atendimento a requisições/ordens de autoridades competentes **e demais forças de segurança pública.**

### **CAPÍTULO III**

#### **DO DEPARTAMENTO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL (DGCM) E DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL (GCM)**

**Art. 8º** Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Pública, o Departamento de Guarda Civil Municipal – DGCM, ao qual se vincula, para fins administrativos, logísticos e de gestão, a Guarda Civil Municipal – GCM, **armada,** permanecendo esta subordinada ao Chefe do Poder Executivo Municipal e com estrutura integrante da SMSP, observando integralmente a Lei nº 8.356/2025.

**§ 1º** O Departamento de Guarda Civil Municipal planejará, coordenará, normatizará e supervisionará a execução das políticas, programas, protocolos e rotinas da Guarda Civil Municipal, sem alterar as competências materiais, princípios e garantias definidos na Lei nº 8.356/2025, **sob coordenação do Secretário Municipal de Segurança Pública.**

**§ 2º** Os atos do Departamento de Guarda Civil Municipal (portarias, ordens de serviço, instruções normativas e protocolos operacionais) deverão observar e fazer cumprir a Lei nº 8.356/2025 e regulamentações correlatas.

**Art. 9º** O Departamento de Guarda Civil Municipal e a Guarda Civil Municipal observarão, na organização do serviço e na atuação cotidiana, os princípios da Lei nº 8.356/2025, quais sejam: proteção de direitos humanos; preservação da vida; prevenção; atuação na ordem pública; compromisso social; e uso progressivo da força, com enfoque preventivo e comunitário.

**Art. 10** A Guarda Civil Municipal executará, e o Departamento de Guarda Civil Municipal proverá meios, planejamento e supervisão, as seguintes atribuições previstas na Lei nº 8.356/2025:

- I – proteção de bens, serviços, logradouros e instalações municipais e tutela da incolumidade de servidores e usuários;
- II – presença preventiva e mediação de conflitos em espaços públicos;
- III – colaboração integrada com órgãos de segurança pública e apoio aos agentes



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

de trânsito, inclusive operação do CIOP em conjunto com o Departamento de Trânsito e Mobilidade Urbana;

IV – segurança de eventos e proteção de autoridades;

V – segurança escolar, proteção de mulheres e grupos vulneráveis e atendimento de emergências;

VI – condução à autoridade policial em flagrante delito e preservação do local do crime;

VII – prevenção primária à violência, ações educativas e interação com a sociedade civil;

VIII – cooperação com defesa civil e parcerias intermunicipais/consórcios;

IX – integração com órgãos de poder de polícia administrativa (posturas, obras, meio ambiente, consumo), nos limites legais.

**Art. 11** O DTMU/CIOP compartilhará com a Guarda Civil Municipal e demais órgãos de segurança pública, imagens e dados exclusivamente para fins de proteção municipal, com registro de acesso, níveis de perfil, cadeia de custódia, retenção e auditoria, sendo vedado o uso para finalidades diversas das previstas em lei. O DGCM editará, em conjunto com o DTMU, protocolo de cooperação e matriz de responsabilidades.

**Art. 12** A atuação dos integrantes da GCM observará os deveres funcionais, sigilo, **uso correto** de uniforme/identificação, obediência a ordens legais e protocolos operacionais, na forma da Lei nº 8.356/2025.

**Art. 13** A Corregedoria e a Ouvidoria da GCM ficam alojadas na estrutura do DGCM, com autonomia técnica e funcional, competências e fluxos conformes à Lei nº 8.356/2025.

**Art. 14** Ficam ratificadas as referências identitárias da GCM previstas na Lei nº 8.356/2025, notadamente a predominância da cor azul-marinho, **sendo permitido o uniforme camuflado**, e o número 153, cabendo ao DGCM oficial os órgãos competentes e manter o adequado funcionamento do canal.

**Art. 15** O DGCM elaborará Plano Anual da GCM, com metas, indicadores e matriz de treinamento, e poderá firmar convênios, acordos e consórcios com órgãos municipais, estaduais, federais e municípios vizinhos, para ações preventivas integradas, formação e interoperabilidade de sistemas, nos limites da Lei nº 8.356/2025, inclusive para fins de corregedoria.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
Secretaria Municipal de Administração

## CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES DE ADEQUAÇÃO LEGAL

**Art. 16** Ficam alterados os dispositivos correlatos na Lei de Estrutura – Lei nº 7.469/2019:

I – Fica alterado o art. 2º, inciso II, alínea 10 da Lei 7.469/2019, para constar “Secretaria Municipal de Segurança Pública – SMSP” em substituição à antiga denominação;

II – Fica alterado o inciso XI do art. 4º da Lei 7.469/2019 conforme as disposições desta lei.

**Art. 17** Sempre que a Lei nº 8.356/2025 mencionar Secretaria Municipal de Segurança Pública (ou denominação correlata), entender-se-á, para todos os fins, a SMSP instituída por esta Lei, respeitada a subordinação da GCM **imediata ao Secretário de Segurança Pública Municipal e como autoridade superior** ao Chefe do Poder Executivo.

## CAPÍTULO V REGULAMENTAÇÃO, TRANSIÇÃO, ORÇAMENTO E VIGÊNCIA

**Art. 18** O Executivo expedirá decreto detalhando organograma, unidades internas, protocolos do CIOP/DTMU, níveis de acesso, prazos de retenção/descartes e auditorias.

**Art. 19** Ficam transferidos para a SMSP os acervos, processos, contratos, convênios, sistemas, bens e dotações das áreas de trânsito, guarda e videomonitoramento, sem solução de continuidade.

§ 1º Os autos de infração, defesas e recursos continuam perante o DTMU/JARI, **com poder de homologação pelo Secretário Municipal de Segurança Pública.**

§ 2º Os processos disciplinares da GCM permanecem na Corregedoria, sem prejuízo da Ouvidoria.

**Art. 20** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias, podendo o Executivo promover ajustes intraorçamentários, sem aumento do limite global da despesa, **e eventuais lacunas desta Lei serão supridas pela legislação federal correlata, Lei 13.022/2014, Lei 13.675/2018, Lei 10.826/2003, entre outras que se façam**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

necessárias.

**Art. 21** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sant'Ana do Livramento,                      de                      de 2025.

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

Secretária Municipal de Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

## **JUSTIFICATIVA**

Estamos encaminhando, para apreciação desse Egrégio Legislativo Municipal, o projeto de lei que: *“Altera a denominação da Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana para Secretaria Municipal de Segurança Pública – SMSP, reorganiza sua estrutura com o Departamento de Trânsito e Mobilidade Urbana (DTMU) e o Departamento de Guarda Civil Municipal (DGCM), disciplina o videomonitoramento (CIOP/DTMU) e dá outras providências (com fundamento no Código de Trânsito Brasileiro – Lei Federal nº 9.503/1997; nas Leis Municipais nº 5.557/2009 e nº 6.581/2013 – trânsito/JARI; e na Lei Municipal nº 8.356/2025 – Guarda Civil Municipal).”*

A presente justificativa tem por objetivo demonstrar a necessidade e a relevância da criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública, estrutura que abrigará o Departamento de Trânsito e Mobilidade Urbana e o Departamento da Guarda Civil Municipal. A proposta fundamenta-se na evolução do conceito de segurança pública no Brasil, na autonomia constitucional dos municípios e na busca por uma gestão mais eficiente e integrada dos serviços públicos locais.

### **1. Competência Constitucional e o Papel do Município na Segurança Pública**

A segurança pública, definida no artigo 144 da Constituição Federal como "dever do Estado, direito e responsabilidade de todos", evoluiu de uma visão restrita às forças policiais estaduais e federais para um modelo de sistema integrado e cooperativo. O Supremo Tribunal Federal (STF), em decisões recentes, tem consolidado o entendimento de que as Guardas Municipais são órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), conforme o art. 9º, § 2º, inciso VII da Lei 13.675/2018.

Ao julgar a ADPF 995/DF, o STF declarou inconstitucionais interpretações que excluem as guardas municipais do sistema de segurança, reforçando sua importância na proteção da população. A criação de uma secretaria própria é, portanto, o passo natural para que o município exerça de forma plena sua competência em assuntos de interesse local (art. 30, I, CF/88), organizando administrativamente os órgãos que já atuam, de fato e de direito, na segurança dos cidadãos. A jurisprudência do STF é clara ao afirmar que a iniciativa para criar ou extinguir órgãos da administração pública é do Chefe do Poder Executivo, o que confere legalidade a um projeto de lei com esse teor, desde que proposto pelo Prefeito (STF - RE 1472668 RJ).

### **2. Sinergia entre Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana**

A integração do Departamento de Trânsito e Mobilidade Urbana à Secretaria de Segurança Pública é uma medida estratégica que gera eficiência e otimiza recursos. A desordem no trânsito e a falta de planejamento da mobilidade são fatores que impactam diretamente a sensação de segurança da população.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

**3. Fortalecimento e Estruturação da Guarda Civil Municipal**

A vinculação da Guarda Civil Municipal a uma secretaria finalística, com orçamento próprio e estrutura de comando clara, é fundamental para sua valorização e profissionalização. Subordinar a guarda a uma secretaria de segurança, como já ocorre em diversos municípios brasileiros, eleva seu status de mero órgão de vigilância patrimonial para uma força de segurança urbana, em linha com o que prevê o Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/2014).

O TCE-PR (5167518) ao analisar um caso semelhante, reconheceu a regularidade da vinculação da Guarda Municipal à Secretaria de Segurança Pública, validando o exercício da competência do Executivo para organizar sua administração.

A criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública, com seus departamentos de Trânsito e Mobilidade Urbana e da Guarda Civil Municipal, não representa apenas uma mudança administrativa, mas uma modernização da gestão pública municipal. Trata-se de uma resposta às demandas da sociedade por mais segurança e ordem, alinhada à mais recente jurisprudência dos tribunais superiores e aos princípios de eficiência e cooperação federativa.

Esta medida permitirá ao município atuar de forma mais proativa e integrada, otimizando recursos e, acima de tudo, promovendo um ambiente urbano mais seguro e organizado para todos os cidadãos.

Pelo exposto e, principalmente pela relevância do tema, é que estamos encaminhando o presente projeto de lei para apreciação desse Legislativo, esperando aprovação por parte dos ilustres Vereadores.

Sant'Ana do Livramento, 12 de setembro de 2025.

**EVANDRO GUTEBIER MACHADO**  
Prefeito Municipal em Exercício



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

Sant'Ana do Livramento – RS, 03 de outubro de 2025.

**Justificativa ao PL 139 que altera a denominação da Secretaria Municipal de Trânsito,  
Transportes e Mobilidade Urbana para Secretaria Municipal de Segurança Pública –  
SMSP**

A presente substitutiva tem caráter eminentemente técnico e tem por finalidade corrigir erros materiais e promover ajustes redacionais pontuais em dispositivos do Projeto de Lei que tratam da organização operacional das atividades da Guarda Civil Municipal e dos demais órgãos vinculados à Secretaria Municipal de Segurança Pública.

As alterações propostas não modificam a essência, os objetivos ou o mérito da proposição legislativa, limitando-se a corrigir expressões, suprimir repetições, harmonizar termos técnicos e adequar a redação para maior precisão normativa e coerência interna.

Tais ajustes visam, exclusivamente, aperfeiçoar a clareza do texto legal e evitar eventuais dúvidas interpretativas durante a futura execução da lei, especialmente no tocante às rotinas e protocolos operacionais da Guarda Civil Municipal, assegurando harmonia normativa e integração ao Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.

Visa-se também estabelecer cláusula de aplicação subsidiária, garantindo que eventuais lacunas ou omissões sejam supridas pela legislação federal vigente, mantendo a conformidade jurídica e operacional da Guarda Municipal com o Estatuto das Guardas, o SUSP e o Estatuto do Desarmamento, em suas versões atualizadas.

Trata-se, portanto, de substitutiva de natureza redacional e de correção material, em conformidade com as boas práticas de técnica legislativa e com o disposto na Lei Complementar nº 95/1998, sem qualquer inovação de conteúdo ou alteração substantiva no projeto original.

Atenciosamente,

**MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS**  
Secretária Municipal de Administração